

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 152, DE 2020

Inserir o parágrafo 3º, no art. 10 da Lei 11.788 de 2008, para estabelecer que o estágio curricular dos estudantes será considerado como período de experiência profissional ou preenchimento de cláusulas de concurso público.

Autor: Deputado DAVID SOARES

Relatora: Deputada LIZIANE BAYER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 152, de 2020, de autoria do(a) ilustre Deputado DAVID SOARES, pretende alterar a Lei nº 11.788 de 2008, para estabelecer que o estágio curricular dos estudantes seja considerado como período de experiência profissional.

Na justificação, o parlamentar embasa a proposição na necessidade de combater o desemprego juvenil, estabelecendo mecanismos regulatórios para facilitar o acesso de pessoas que concluíram recentemente um processo de treinamento ou educação ao mundo do trabalho. Para isso, busca-se estabelecer que as práticas realizadas no período de estágio corresponda a tempo de experiência profissional.

A matéria foi despachada às Comissões de Educação; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Liziane Bayer
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218182631800>

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Considero meritório e oportuno o projeto ora examinado, tendo em vista que, ao estabelecer que o estágio escolar seja considerado como experiência profissional, homenageia diversos princípios constitucionais, entre os quais o da dignidade da pessoa humana, o do valor social do trabalho, bem como o do direito fundamental social ao trabalho.

Tal medida também contribuirá efetivamente para o enfrentamento do alto grau de desemprego entre os jovens. Nesse sentido, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, entre os trabalhadores de 18 e 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. Enquanto a taxa geral ficou em 12,2% no segundo trimestre, entre os jovens esse percentual salta para 27,1%.

Ademais, ao considerar o estágio escolar como experiência profissional, busca-se vencer outra grande barreira, qual seja: a ausência de experiência anterior na hora de arranjar o primeiro emprego tem barrado 77% dos jovens brasileiros, conforme aponta um levantamento feito pela empresa de pesquisa em tendência Trendsity¹.

Segundo dispõe a Lei nº 11.788, de 2008,², o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Nesse lineamento, entendemos que considerar o estágio escolar como experiência profissional, desde que realizado nos limites de sua Lei de regência, é medida de especial relevância frente às barreiras quase intransponíveis que os jovens têm enfrentado em busca de ingresso no mercado de trabalho.



1 <https://veja.abril.com.br/economia/emprego-falta-de-experiencia-e-barreira-para-77-dos-jovens/>

2 Lei do Estágio.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Liziane Bayer

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218182631800>



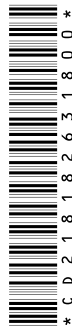
Assim, **no âmbito da Comissão de Educação**, julgamos meritória a proposição pois, além do que já exposto, imprime eficácia social ao direito constitucional à educação, o qual visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Educação, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 152, de 2020, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputada LIZIANE BAYER
Relatora



SUBSTITUTIVO AO PL Nº 152, de 2020

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para considerar o estágio estudantil como experiência profissional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

“Art. 6º-A. O estágio, realizado nos termos desta Lei, é considerado como experiência profissional, inclusive para as contratações de empregados públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

§ 1º Aplica-se o disposto no *caput* também à investidura em cargos públicos efetivos federais, sempre que o edital do respectivo concurso público, nos termos da lei, exigir requisitos relativos à experiência profissional.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica à investidura em cargos integrantes das carreiras da Magistratura e do Ministério Público até que seja incluída a possibilidade na lei orgânica da Magistratura e do Ministério Público.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputada LIZIANE BAYER
Relatora

